

Protocolo que avalia sustentabilidade de hidrelétricas tem adesão mínima

Um protocolo internacional de **sustentabilidade**, elaborado em junho de 2011, teve até o mês de maio deste ano a adesão de apenas 12 hidrelétricas no mundo inteiro - três delas são brasileiras. O documento com o objetivo de traçar o perfil das usinas e apontar onde são necessárias melhorias segue ainda sem consenso, mas é defendido como possibilidade de “diálogo amplo” por quem fez da teoria uma prática.

“O protocolo é importante para o estabelecimento de um diálogo amplo em relação a projetos hidrelétricos e, a longo prazo, pode influenciar as legislações nacionais sobre o tema”, afirma o membro da Assessoria da Diretoria Técnica de Itaipu, Ricardo Krauskopf.

O protocolo é uma espécie de “foto” dos mecanismos de funcionamento de uma hidrelétrica. A partir dele é possível analisar os **impactos ambientais**, evitá-los, amenizá-los e até firmar diretrizes sustentáveis para superação dos danos eventuais. É como se o acordo descrevesse como seria uma “firma perfeita” de produção de eletricidade.

Krauskopf explica também que o documento é “exigente, mas equilibrado” e que “num período de três a cinco anos deverá ser aplicado em escala global, para várias finalidades”. A “rejeição” de muitos, na opinião dele, é porque os resultados não apareceram.

IMAGEM DAS HIDRELÉTRICAS É 'PINTADA DE VERDE'

O protocolo, ainda de acordo com Ricardo Krauskopf, que participou ativamente da sua criação, leva em conta os atingidos por **barragens**. Eles teriam sido representados por ONGs de vários continentes durante as discussões de concepção do projeto. “Houve uma grande preocupação com os atingidos. O protocolo diz que o reassentamento deve ser feito ouvindo toda a comunidade e que deve, inclusive, dar melhor condição de vida à população afetada”.

Mas, na prática, os moradores dos terrenos alagados parecem não poder escolher se querem ou não que a usina seja construída. Seria mais uma decisão de esfera política.

Em entrevista à *DW Brasil*, Luís Henrique Shikasho, da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), criticou o protocolo. “É uma estratégia de mercado que tenta pintar de verde a exploração ambiental. O que importa é o lucro e não o desenvolvimento social”.

Shikasho acompanhou a implantação da hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, próximo à capital rondoniana, Porto Velho. A unidade começou a funcionar no primeiro trimestre de 2012. De acordo com ele, foram estabelecidos sete locais de reassentamento: cinco na zona rural e dois na zona urbana. “Só que as usinas investem pouco nos reassentamentos. Preferem fazer reparação direta, com indenização”, conta Shikasho.

Ainda de acordo com o representante do MAB, por causa da mudança da dinâmica do rio Madeira, famílias inteiras passaram a viver em **áreas de risco** e colônias de pescadores têm tido problemas. Faltaria também espaço para a agricultura.

Os dados mais recentes da Agência Nacional de Energia Elétrica ([Aneel](#)), publicados em 2008, indicam 1.768 usinas em operação no Brasil - 1.042 termelétricas e 706 hidrelétricas.

Fonte: Deutsche Welle